



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

84  
+

189

**3ª CÂMARA CÍVEL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0034580-8/01**

**EMBARGANTE:** BANCO DO BRASIL S/A

**EMBARGADO:** MARKET TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

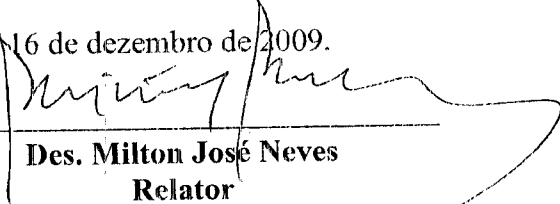
**ACÓRDÃO N.º 251/2009**

5459

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE ACÓRDÃO. ALEGAÇÃO DE PRECLUSÃO CONSUMATIVA. RECURSO DE APELAÇÃO DESERTO. INOCORRÊNCIA. OMISSÃO NO ACÓRDÃO. REJEIÇÃO.** 1. A razão teleológica dos embargos declaratórios é esclarecer o *decisum*, complementando-o quanto a eventuais pontos omissos, contraditórios ou obscuros, não se presta, pois, a que a parte obtenha a reavaliação dos elementos que foram considerados na formação do convencimento do julgador. 2. Inexiste omissão no acórdão embargado, eis que explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação desta Corte. Com efeito, restou consignado que o pedido de desistência do feito, acolhido pelo Juízo monocrático, havia sido formulado pelo réu, de modo que foi anulada a decisão hostilizada, porquanto somente ao autor seria lícito requerer a desistência do feito, com a concordância do réu, ora embargante. 3. No tocante à deserção do recurso de apelação proposto pelo embargado, vislumbro não ter se configurado a hipótese de preclusão consumativa, eis que, por se tratar de feito antigo, a parte era intimada da conta de preparo, e só posteriormente é que passou a vigorar o preparo prévio. Ademais, a aludida deserção deveria ter sido alegada, oportunamente, em sede de contrarrazões do apelo. 4. Recurso a que se rejeita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da **Terceira Câmara Cível** do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do voto do relator.*

Recife, 16 de dezembro de 2009.

  
Des. Milton José Neves  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

190

**3ª CÂMARA CÍVEL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0034580-8/01**

**EMBARGANTE:** *BANCO DO BRASIL S/A*

**EMBARGADO:** *MARKET TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA*

**RELATOR:** *DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES*

**RELATÓRIO**

Cuidam estes autos de embargos de declaração opostos à iniciativa do *BANCO DO BRASIL S/A* contra acórdão desta Terceira Câmara Cível.

Em suas razões recursais, alega o embargante que o recurso de apelação encontra-se deserto, pelo que requer seja decretada a preclusão consumativa. Aduz, outrossim, que o aludido acórdão encontra-se omissa, por não se manifestar acerca da validade da transação ocorrida entre as partes visando à extinção do feito sem julgamento de mérito.

A par desses fundamentos, pleiteia o acolhimento dos aclaratórios, com a concessão de efeitos modificativos.

Eis os aspectos a relatar.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

86  
191

VOTO

**Ementa:** Direito processual civil. Embargos de declaração em face de acórdão. Alegação de preclusão consumativa. Recurso de apelação deserto. Inocorrência. Omissão no acórdão. Rejeição. 1. A razão teleológica dos embargos declaratórios é esclarecer o *decisum*, complementando-o quanto a eventuais pontos omissos, contraditórios ou obscuros, não se presta, pois, a que a parte obtenha a reavaliação dos elementos que foram considerados na formação do convencimento do julgador. 2. Inexiste omissão no acórdão embargado, eis que explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação desta Corte. Com efeito, restou consignado que o pedido de desistência do feito, acolhido pelo Juízo monocrático, havia sido formulado pelo réu, de modo que foi anulada a decisão hostilizada, porquanto somente ao autor seria lícito requerer a desistência do feito, com a concordância do réu, ora embargante. 3. No tocante à deserção do recurso de apelação proposto pelo embargado, vislumbro não ter se configurado a hipótese de preclusão consumativa, eis que, por se tratar de feito antigo, a parte era intimada da conta de preparo, e só posteriormente é que passou a vigorar o preparo prévio. Ademais, a aludida deserção deveria ter sido alegada, oportunamente, em sede de contrarrazões do apelo. 4. Recurso a que se rejeita.

Conforme é cediço, servem os embargos de declaração apenas para sanar omissões, suprir lacunas, remover contradições e aclarar obscuridades eventualmente existentes na decisão, sentença ou acórdão embargados.

Ora, se a razão teleológica dos embargos declaratórios é esclarecer o *decisum*, complementando-o quanto a eventuais pontos omissos, contraditórios ou obscuros, não se presta, pois, a que a parte obtenha a reavaliação dos elementos que foram considerados na formação do convencimento do julgador (seguindo, assim, o que a parte reputa mais conveniente ao seu interesse).

Por conseguinte, não vislumbro o preenchimento dos requisitos do art. 535 do digesto processual invocado. Observo, sim, mero propósito do embargante de, por meio dos declaratórios, obter o reexame da matéria, ante a alegada omissão acerca da validade da transação disposta nos autos (fl. 110), o que não é possível nos estreitos limites desse tipo de recurso.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

4  
192

Com efeito, vislumbro inexistir omissão no acórdão embargado, eis que explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação desta Corte. Por conseguinte, após a análise da aludida transação, restou consignado que o pedido de desistência do feito, acolhido pelo Juízo monocrático, havia sido formulado pelo réu, de modo que foi anulada a decisão hostilizada, porquanto somente ao autor seria lícito requerer a desistência do feito, com a concordância do réu, ora embargante.

Outrossim, no tocante à deserção do recurso de apelação proposto pelo embargado, vislumbro não ter se configurado a hipótese de preclusão consumativa, eis que, por se tratar de feito antigo, a parte era intimada da conta de preparo, e só posteriormente é que passou a vigorar o preparo prévio. Ademais, não tendo sido alegada a aludida deserção, oportunamente, em sede de contrarrazões do apelo, entendo que não deverá ser acolhido o pleito do embargante.

Ante o exposto, ausentes as causas de embargabilidade, rejeito o presente recurso.

Assim é como voto.